

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

2021 -2025

SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S.A. - SCPAR

21/6/2021

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado Planejamento Estratégico de Longo Prazo (PELP), constitui-se enquanto o instrumento de planejamento da SC Participações e Parcerias que visa a atender os preceitos da Lei Federal 13.303/2016, bem como nortear os caminhos da empresa pelos próximos 5 anos. Além desse instrumento de planejamento, a empresa apresenta anualmente o Plano Anual de Negócios, sendo esse um desdobramento do Planejamento Estratégico específico para o ano vigente, que contempla o orçamento da companhia para cumprimento das metas e ações do período.

Os instrumentos têm como instância aprovativa máxima o Conselho de Administração (CONSAD). Cabe dizer que a elaboração do PELP se dá em várias fases, perpassando pela contribuição das áreas da organização, ganhando corpo a partir do trabalho de análise e compilação da área de Planejamento e validando-se a partir das instâncias de gestão, isto é, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. Logo, o documento é resultado do trabalho conjunto e cooperativo da empresa num esforço de garantir um planejamento eficaz, eficiente e efetivo para que, por conseguinte, os objetivos organizacionais sejam alcançados com excelência.

1.1 Breve Histórico

A SC Participações e Parcerias S.A., inscrita no CNPJ 07.293.552/0001 – 84, foi fundada em 2005 sob forma de sociedade anônima de economia mista, na forma de capital fechado, e vinculada ao gabinete do Governador do Estado. O seu Capital Social autorizado é de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), dos quais já foram realizados R\$463.550.824,22 (quatrocentos e sessenta e três milhões, quinhentos e cinquenta mil e oitocentos e vinte quatro reais e vinte dois centavos).

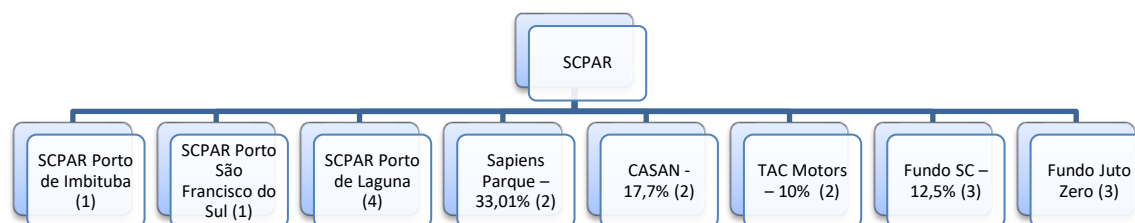
A empresa, que em 2021 completa 16 anos de existência, foi constituída em 2005 por meio de Lei Estadual nº 13.335 e alterada posteriormente pela nº 15.500 de 20 de junho de 2011, tem por objeto principal de acordo com o art 6º da Lei Estadual 15.500:

- I – promover a geração de investimentos no Território Catarinense;
- II – coordenar, implementar e apoiar o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Santa Catarina;
- III – comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas;
- IV – desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

Dentro das possibilidades de atuação para cumprir com seu objetivo social, a SCPAR nos últimos anos tem atuado com enfoque maior nos setores de logística portuária e desestatizações, no primeiro como controladora dos portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e na gestão direta do Porto de Laguna, e no segundo através da coordenação e estruturação de projetos do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC).

Ao longo de sua existência a companhia também investiu em participações acionárias, participando do capital de empresas públicas e privadas, bem como constituiu empresas de propósito específico, as quais estão ilustradas na figura 1.

FIGURA 1. EMPRESAS DO GRUPO SCPAR



- (1) Subsidiárias integrais
- (2) Participações societárias
- (3) Participação em fundos
- (4) Filial

Nos últimos dois anos as ações realizadas pela SCPAR foram concentradas em dois grandes grupos:

- a) Gestão Portuária;
- b) Programa de Parcerias e Investimentos.

No que tange ao mercado de Gestão Portuária, a SCPAR atuou apoiando as suas subsidiárias integrais SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco do Sul, e gerenciando sua filial SCPAR Porto de Laguna, na busca pela melhoria contínua da gestão administrativa e operacional, através da modernização do modelo e práticas de gestão, governança e de serviços técnicos de projetos.

A SCPAR também tem se destacado com a coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). A atividade que é destaque dentro do plano de governo atual, iniciou o desenvolvimento de uma série de projetos nas áreas de turismo, saúde e segurança do estado, que estão em desenvolvimento e devem gerar economia aos cofres públicos nos próximos anos. O portfólio do programa conta com uma série de ativos à exemplo dos Centros de Eventos de Balneário Camboriú e do Luiz Henrique da Silveira, o novo Complexo Hospitalar de Santa Catarina, o Terminal Rodoviário Rita Maria, a nova unidade penitenciária de Blumenau, entre outros.

1.2 Eixos de Atuação

1.2.1 Gestão Portuária

A atuação da SCPAR no segmento Portuário visa profissionalizar e agregar valor à gestão dos Portos Públicos em Santa Catarina, através da elaboração de políticas portuárias, modernização do modelo e práticas de gestão, além de prestar serviços técnicos de análise econômico-financeira, revisão tarifária e elaboração de projetos de financiamentos e investimentos.

Entendemos que trazendo maior eficiência na gestão desses ativos, é possível alcançar maior desenvolvimento econômico para as áreas no entorno dos Portos e elevar o potencial de arrecadação de impostos para o Estado de Santa Catarina.

1.2.2 Programa de Parcerias e Investimentos

A SCPAR atua prestando suporte público em projetos empresariais, trazendo seu conhecimento técnico em análise e gestão de ativos, corroborando com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense.

Para cumprir com este objetivo, a empresa dispõe de instrumentos como o aporte de capital em empresas (públicas ou privadas), a atuação no comitê da Invest – SC, agência que presta suporte aos empreendedores que buscam o Estado de SC para sediar seus empreendimentos, e não menos importante a coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC) conforme a Lei Complementar 741/2019.

Desde sua fundação, a SCPAR foi concebida como empresa de estruturação de projetos de PPPs e concessão no Estado de Santa Catarina. As desestatizações incluem as parcerias público-privadas, previstas na Lei 11.079/2004, a concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos. Cabe à companhia a realização de estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.

1.3 Desempenho Econômico Financeiro

A Tabela 1 retrata a os aspectos econômicos da SCPAR nos anos de 2018, 2019 e 2020.

TABELA 1- ASPECTOS ECONÔMICOS DO EXERCÍCIO DE 2018, 2019 E 2020

R\$ (Em Reais)	2020	2019	2018
Receita Financeira	1.164.314,87	2.195.923,75	2.957.527,50
Receita operacional (Porto de Laguna)	1.686.523,24	247.701,19	-
Lucro/Prejuízo Líquido	(16.192.622,43)	7.220.571,74	(22.930.382,85)
Investimentos	120.823,59	0,0	273.300,77

No exercício de 2020 a SCPAR apresentou Prejuízo de R\$ (16.192.622,43), valor este 324,26% inferior ao Lucro Líquido de 2019, que foi de 7.220.571,74.

Este Prejuízo se deu pelos resultados negativos da equivalência patrimonial no investimento na Sapiens Parque conforme demonstra o quadro a seguir.

QUADRO 1 – EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Equivalência Patrimonial	2020	2019
Sapiens Parque S.A.	(21.055.939,91)	4.796.078,54
Companhia Cat. de Águas e Saneamento S.A – Casan	7.840.339,37	1.974.917,14
Total	(13.215.600,54)	6.770.995,68

Nas projeções de orçamento, despesas e investimentos da SCPAR, considerou-se as seguintes premissas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BC), divulgado em 07 de junho de 2021, no Boletim Focus – relatório de mercado publicado semanalmente com as previsões de cerca de 100 (cem) analistas financeiros sobre diversos indicadores da economia brasileira – dispostas na Tabela 3.

TABELA 2 - PREVISÕES ECONÔMICAS BANCO CENTRAL

Previsões	Unidade	2021	2022	2023	2024
IPCA	%	5,44	3,70	3,25	3,25
PIB	%	4,36	2,31	2,5	2,5
Taxa de Câmbio	R\$ / US\$	5,30	5,30	5,20	5,06
Taxa Selic	%	5,75	6,50	6,50	6,50
IGP-M	%	18,81	4,50	4,00	3,78
Preços Administrados	%	8,27	4,25	3,85	3,50
Produção Industrial	%	6,10	2,40	3,0	2,5

Fonte: Banco Central do Brasil (BC) <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/>

1.4 Recursos Humanos

Contando com 27 colaboradores em seu quadro funcional, a SCPAR atua com uma equipe enxuta e bastante qualificada conforme mostra a Tabela 4 - Classificação dos colaboradores quanto à escolaridade.

TABELA 3 - CLASSIFICAÇÃO DOS COLABORADORES QUANTO À ESCOLARIDADE

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade		
ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Analfabeto		
Alfabetizado		
Fundamental		
Médio	1	4%
Superior	6	22%
Especialização	14	52%
Mestrado	3	11%
Doutorado	3	11%

A formação dos colaboradores está distribuída nas áreas de conhecimento de Administração, Engenharias, Direito, Ciências Contábeis e Psicologia, o que representa uma ampla diversidade de conhecimentos específicos que dá respaldo para a atuação da empresa em diferentes áreas de negócio.

A distribuição dos colaboradores em área meio e área fim é equilibrada, 52% do quadro está alocado em área meio e 48% alocado em área fim. Entretanto, é importante ressaltar que os colaboradores alocados em área meio participam, conforme disponibilidade e demanda, de projetos de negócio da empresa. Essa característica faz com que a empresa tenha equipes de projeto dinâmicas e flexíveis.

As Tabelas 5 e 6 apresentam com maiores detalhes a composição do quadro de colaboradores ativos e sua distribuição em área meio e área fim.

TABELA 4 - COMPOSIÇÃO QUADRO DE COLABORADORES

Composição do quadro de colaboradores ativos	
TIPOLOGIA DOS CARGOS	QUANTITATIVO
1. Colaboradores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	14
1.1. Colaboradores de carreira vinculada ao órgão	12
1.2. Colaboradores de carreira vinculados a outro órgão	2
2. Colaboradores com Contratos Temporários	13
Total de Colaboradores (1+2+3)	27

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES EM ÁREA MEIO E ÁREA FIM

Distribuição do quadro de colaboradores entre área meio e área fim		
TIPOLOGIA DOS CARGOS	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Colaboradores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	8	4
2. Colaboradores com Contratos Temporários	5	8
Total de Colaboradores (1+2+3)	13	12

1.5 Stakeholders

A SCPAR tem como principais *stakeholders*:

- Governo do Estado de Santa Catarina
- Secretaria de Estado da Fazenda
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Tribunal de Contas do Estado
- Grupo Gestor do Governo
- Ministério da Infraestrutura
- Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
- Secretaria de Estado de Comunicação

- Investe SC
- FIESC
- Secretaria de estado demandantes de projetos

2 ESCOPO DE ATUAÇÃO

2.1 Identidade Organizacional

MISSÃO

Prover soluções para a excelência da gestão de ativos públicos no território catarinense por meio de desestatizações, gestão portuária e desenvolvimento de negócios.

VISÃO

Transformar Santa Catarina em um estado modelo na gestão de ativos públicos

VALORES

- Excelência nos serviços
- Zelo pelos ativos públicos
- Foco em resultados
- Valorização dos colaboradores
- Gestão transparente

3 ANÁLISE DE AMBIENTE

A análise de ambiente consiste no processo de olhar para o ambiente interno e externo da organização, perceber as variáveis de cada segmento, compreender as capacidades, clientes e o ambiente de negócios da empresa.

Este processo pode ser facilitado por diversas metodologias e ferramentas que darão suporte a formulação da estratégia da organização.

Dentre os métodos existentes, a empresa utilizou durante seu processo de planejamento estratégico:

- a) Análise dos Fatores Críticos de Sucesso;
- b) Matriz SWOT; e
- c) Análise PESTEL.

3.1 Fatores Críticos de Sucesso

Consiste na análise das características, condições ou variáveis que, quando devidamente desenvolvidas e gerenciadas, têm um impacto significativo sobre o sucesso no atingimento dos objetivos empresa, considerando seu ambiente de competição. Os fatores críticos para o sucesso da estratégia da SCPAR neste novo cenário se encontram relacionados no Quadro 2.

QUADRO 2 - FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

O que nossos clientes desejam?	O que torna nossos concorrentes um sucesso?	Fatores críticos de sucesso
Acompanhamento e liderança do início ao fim do processo de PPPs, Concessões e outros		Compromisso com o resultado
Maior Custo/Benefício		Contratações efetivas à preço de mercado
Análise técnica de qualidade (técnica, jurídica e financeira)	Especialização em áreas técnicas	<i>Knowhow</i> técnico (especialização)
Facilidade para tramitação dos processos	Relacionamento próximo com órgãos e seus dirigentes	Relacionamento mais próximo com os clientes e stakeholders dos Portos e órgãos demandantes de projetos
Relacionamento com financiadores		
Confiabilidade das informações		Resultado robusto e exitoso

3.2 Matriz SWOT e Análise PESTEL

A Matriz SWOT consiste na análise do ambiente interno e externo da empresa, através do levantamento dos pontos fortes (strengths), fracos (weaknesses), oportunidades (opportunities) e ameaças (threats) da organização.

A análise PESTEL é uma ferramenta complementar à matriz SWOT. Essa ferramenta propõe um o direcionamento da análise do cenário externo sob alguns fatores que influenciam diretamente o negócio da empresa, são eles: fatores políticos, fatores econômicos, fatores sociais, fatores tecnológicos, fatores ecológicos e fatores legais.

Na prática utilizamos a Análise PESTEL como direcionador para encontrar oportunidades e ameaças na dinâmica da Matriz SWOT.

A revisão da análise de ambiente interno e externo foi realizada tendo como premissa a nova orientação estratégica.

1 Forças:

Relação hierárquica dos Portos com a holding por força de Lei
Bom relacionamento com entidades governamentais
Proximidade da holding com o centro administrativo do governo
Visão da estratégica da contribuição dos portos para desenvolvimento econômico do estado
Estrutura de governança qualificada
Alinhamento da estratégia no âmbito estadual e federal
Portos com áreas disponíveis para arrendamentos e ampliação de capacidade
Equilíbrio financeiro das subsidiárias
Equipe técnica com qualificação adequada para atuação no PPI-SC
Apoio institucional das estruturas do Governo do Estado para o programa PPI-SC

2 Fraquezas:

Equipe reduzida e carente de profissionais da área técnica
Resistência interna por parte das subsidiárias
Processos de comunicação falhos
Falta de clareza dos papéis e hierarquias
Pouco trabalho em equipe (holding + subsidiárias)
Ausência de modelo de negócio que remunere a holding
Distância geográfica da SCPAR dos Portos
Infraestrutura portuária defasada e com restrições
Estrutura de custos elevadas nos Portos
Baixa capacidade financeira para investimentos estruturantes
Falta de controle sobre os procedimentos licitatórios dos projetos do PPI-SC

Ausência de dedicação exclusiva da equipe ao PPI-SC

3

Oportunidades:

Possibilidade de ampliação da operação portuária através de investimentos e arrendamentos

Ampliar a integração Porto-Cidade

Incorporação de novas tecnologias no Porto (gestão/Operação)

Alinhamento político-partidário no âmbito estadual e federal

Modelagens de desestatização que tragam investimentos do setor privado

Dificuldades para aprovação de projetos na ALESC

Ausência de dotação orçamentária destinada ao PPI-SC

4

Ameaças:

Investimento elevado do setor privado nos TUPs

Tarifas mais atrativas de outros portos

Resistências internas (colaboradores) e externas quanto a desestatização dos Portos

Crescimento de portos concorrentes, públicos e privados, que possuam melhor infraestrutura e tecnologia

Conflito de interesses entre os agentes ambientais

Baixo investimentos do governo federal nos acessos rodoviários dos portos catarinenses

Transições de governos que possam alterar as estratégias de longo prazo, trazendo instabilidade e incertezas para o mercado

Pressão da população por melhora da qualidade dos serviços públicos

Ambiente favorável para posicionar Santa Catarina no cenário de investimentos privados em infraestrutura

4 OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

4.1 Objetivos Estratégicos

A SCPAR terá como direcionadores os seguintes objetivos estratégicos:



Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina



Garantir a eficiência da operação portuária



Aperfeiçoar a governança corporativa do Grupo

4.2 Indicadores e Metas

Os indicadores estratégicos da SCPAR foram estruturados com base na metodologia *Balanced Scorecard*, método que permite a definição, ordenação, e avaliação dos objetivos estratégicos. Além dos indicadores, também foram estabelecidas metas, as quais são referenciais do desempenho desejado e planejado para o período.

São apresentados abaixo os indicadores e metas estabelecidos.

TABELA 6 - INDICADORES E METAS

Objetivos	Indicador	Fórmula	uni	Meta 2021	Meta 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Índice acumulado de evolução da carteira de projetos do PPI-SC	Nº de fases do processo concluídas/ Total de fases do processo	%	38%	69%	85%	98%	100%
Garantir a eficiência da operação portuária	IGAP Porto SFS	Metodologia própria SNTPA (escala de 0 a 10 conforme atendimento aos critérios estabelecidos)	uni	8,5	8,5	9	9	9
	IGAP Porto IMB		uni	9	9	9,5	9,5	10
	Execução dos investimentos estratégicos no porto de laguna	Nº de etapas concluídas dos projetos estratégicos/ Nº total de etapas planejadas para os projetos	%	53%	100%	X	X	X
Aperfeiçoar a governança corporativa do Grupo	Índice de Governança Corporativa	Metodologia própria IBGC (escala de 0 a 100 conforme atendimento dos critérios)	uni	45	52	60	68	79

5 ANÁLISE DE RISCOS

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Dimensão do estado limita o interesse do mercado por certos projetos	Embora haja um interesse natural por regiões de maior industrialização, como SP e MG, nos últimos anos Santa Catarina vem ocupando lugar de destaque no cenário de investimentos, em função dos índices de alfabetização, qualificação de mão-de-obra e IDH.	Estar presente em eventos como o Brazil Investment Forum para divulgar os projetos de Santa Catarina para grandes investidores. Além disso, produzir materiais de divulgação sobre as áreas de investimento do estado e pautar a imprensa local e nacional com os projetos do estado de necessitam de investimentos privados.
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Não efetivação ou grande demora na concretização dos projetos de desestatização, afetando o pagamento dos serviços à SCPAR	É notório que projetos de investimentos privados são de longa maturação e, por vezes, não chegam ao final.	A construção de uma EAP com o passo-a-passo dos projetos e os indicadores de metas estabelecidos pelo Governo Estadual auxiliam no controle desse risco
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Questionamentos de órgãos contábeis (MP e TCE) aos projetos	Os órgãos de controle são stakeholders diretos dos processos de desestatização, pois fiscalizam e tem o poder de impugnar qualquer projeto de PPP, concessão ou privatização.	Construir os processos em atendimento a todas as orientações dos órgãos de controle, como portarias, resoluções e instruções normativas. Além disso, estreitar o relacionamento da SCPAR com o TCE-SC por meio de visitas à entidade para debater os processos de desestatização do estado de Santa Catarina.

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Garantir a eficiência da operação portuária	Perda da delegação	A perda de delegação pode decorrer do não cumprimento por parte do Estado dos requisitos exigidos pelo Governo Federal no Convênio de Delegação, bem como pode decorrer da recomendação da ANTAQ - órgão regulador e fiscalizador da atividade portuária.	Demonstrar a melhoria na gestão dos portos delegados; demonstrar a contribuição econômica e social dos portos para o Estado de SC, por meio de evidências objetivas. Realizar um controle efetivo das obrigações exigidas nos convênios de delegação.
Garantir a eficiência da operação portuária	Crescimento dos portos privados concorrentes, que possuem melhores tecnologias e maior poder de investimento	Apesar da Lei que regula a atividade portuária ser a mesma para os portos privados e os portos públicos, os resultados e a competitividade são diferentes. Os portos privados têm apresentado uma melhor eficiência e eficácia, em decorrências de maior flexibilidade de gestão no âmbito privado, associadas ao retorno dos investimentos que o setor privado prioriza.	Modernizar os portos de interesse público; demonstrar um processo de gestão ágil e eficaz na resolução dos problemas portuários; Ampliar as parcerias com os portos privados e melhor aplicar as tarifas que estes portos pagam para as Autoridades Portuárias Públicas.
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Perda da credibilidade por não ter um processo finalizado	A ausência de entregas nos anos anteriores, no que diz respeito às PPPs e concessões, pode gerar um olhar de desconfiança sobre os projetos atuais.	A legitimidade que o Governador do Estado tem atribuído à SCPAR, por meio da coordenação do PPI-SC, por exemplo, coloca a empresa em outro patamar de responsabilidade. O cumprimento do cronograma e as entregas feitas até o momento também são fatores de mitigação desse risco.
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Desconhecimento da população em relação ao modelo de PPP e concessões	O desconhecimento pode levar a perda de apoio popular para os projetos e aumento de resistências.	Pautar a imprensa com informações positivas sobre as PPPs e comunicar de forma direta à sociedade as ações do governo.

6 AÇÕES PLANEJADAS

A seguir são apresentadas as ações planejadas para o alcance dos objetivos estratégicos da SCPAR e sua previsão de realização.

6.1 Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina

Ação	Previsão (Ano)
Acompanhar ambiente político na ALESC para tramitar projetos de Lei referentes ao PPI.	2021
Gerenciar e executar de acordo com o cronograma previsto os projetos do programa (12 projetos)	2020-2025
Acompanhar gestão dos contratos de PPPs e de Concessões	2022-2025
Analisar inclusão, no projeto de lei de ajustes administrativos a ser enviado para a ALESC, de dispositivos específicos para criação de Comissão Central de Licitações para o PPI-SC .	2021
Articular a criação de fundo de estruturação de projetos do PPI-SC através de aporte de capital social.	2021-2022
Consulta à PGE para definição do responsável pela contratação dos verificadores independentes para as PPPs	2021
Criação do sistema de garantias para os projetos de PPPs, por meio da revisão da Lei do Fundo Garantidor (17.157/2017), encaminhamento de Lei específica para o sistema de garantias	2021
Definir órgão responsável pelas licitações do PPI-SC	2021
Definir os membros da Comissão Central de Licitações do PPI-SC	2021
Estabelecer canais de parceria com BNDES, BID e Banco Mundial para capacitação e desenvolvimento de projetos.	2021-2025
Estabelecer parceria com a SEA, SEFAZ e ENA para a atuar na capacitação de servidores em PPPs e outros tipos de desestatização.	2021
Estabelecer parcerias estratégicas com consultorias para aumento da capacidade operacional.	2021-2025
Formar pipeline para a 2a. geração de projetos do PPI-SC	2023-2025
Participação da empresa nas reuniões do CGPPI	2021-2025
Participação da equipe técnica nos eventos de infraestrutura, concessões e PPPs. Incluir no plano de capacitação a participação de ao menos um evento técnico para cada colaborador da área de negócios.	2021-2025

6.2 Garantir a eficiência da operação portuária

Ação	Previsão (Ano)
Implantar a transversalidade, aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre estatal controladora (SCPAR) e estatais controladas (Portos Delegados), com vistas à maior efetividade na gestão das instalações portuárias.	2021-2022
Estruturar processos e planos de trabalho que permitam mais flexibilidade entre as empresas e maior otimização da força de trabalho disponível (holding e subsidiárias), através da criação de comitês de suporte.	2021-2022
Estabelecer processo contínuo de interação da holding no planejamento dos investimentos de manutenção e de melhoria das instalações e operações.	2021
Elaboração de práticas administrativas (RH, Licitações, contratos, compras, etc) comuns entre a holding e suas subsidiárias	2022-2023
Elaborar plano de segurança, estabelecer novo controle de acesso as instalações portuárias e remodelar o layout das guaritas interna e externa do Porto de Laguna.	2022-2023
Promover a adequação do Porto de Laguna às normas da ANTAQ, em especial à Res. 3274/14 que dispõe sobre a fiscalização dos serviços portuários.	2021-2022
Promover o cumprimento de todas as obrigações do Convênio de Delegação 002/2019 firmado entre a União e o Estado de Santa Catarina.	2021-2022
Implementar no Porto de Laguna tecnologia de vídeo monitoramento, troca dos computadores, melhoria da telefonia (central) e rede interna.	2022
Realizar a dragagem de manutenção dos berços de atracação	2021
Elaborar parâmetros para contratação de software de Gestão Portuária que atenda as especificações de um Porto Pesqueiro.	2023
Elaborar projeto de automação e pesagem das esteiras dos salões de descarga com vista a implantar redundâncias na verificação do faturamento do Porto de Laguna.	2023
Readequar a força de trabalho para atender às necessidades do Porto	2021-2022
Realizar reforma estrutural dos prédios quem integram o complexo portuário de Laguna para garantir a segurança dos funcionários, clientes e usuários do Porto.	2021-2022
Reforma geral de todo o circuito elétrico do Porto de Laguna que está comprometido, e contratar novo projeto de iluminação externa para conforto e segurança dos usuários do terminal, além da busca de fontes alternativas de energia sustentável.	2022
Implantar o Plano de Controle Ambiental (PCA), com ações que visam mitigar o impacto gerado pelas atividades portuárias. O respectivo plano já foi aprovado pelo IMA e possui caráter condicionante para a obtenção da Licença Ambiental Operacional (LAO) definitiva do Porto de Laguna.	2021

Apresentar ao IMA o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) como forma de compensação ambiental pelo uso da área ocupada pelo porto. O projeto possui caráter condicionante para a obtenção da Licença Ambiental Operacional (LAO) definitiva do Porto de Laguna.	2021/2022
Construir as Estações de Tratamentos de Afluentes (ETA) industriais e sanitários do porto. O projeto já foi aprovado pelo IMA e possui caráter condicionante para a obtenção da Licença Ambiental Operacional (LAO) definitiva do Porto de Laguna.	2021/2022
Promover a destinação correta do acervo histórico do Porto de Laguna ou acondicionar os documentos em local apropriado.	2022-2023
Realizar levantamento hidrográfico para caracterização do canal e do molhes, com a finalidade de instruir projeto de derrocagem de obstáculos no canal de acesso ao Porto, e, por consequência, permitir que embarcações de maior porte possam utilizar os serviços portuários.	2022
Contratar Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) para viabilizar arrendamentos de grande porte e aproveitamento da retroárea do Porto de Laguna.	2021/2022
Contratar EVTEA para viabilizar os arrendamentos do Porto de Laguna	2021/2022
Implantação de plano de balizamento náutico temporário para o Porto de Laguna com a finalidade de proporcionar maior segurança ao canal de acesso.	2021/2022
Contratação de projeto de plano de balizamento náutico definitivo para o Porto de Laguna.	2022/2023
Substituição dos maquinários e equipamentos de auxílio a operação portuária que já estão obsoletos e depreciados.	2022
Execução de benfeitorias de caráter irreversível na área destinada ao Posto de Combustível, objetivando a adequação do espaço às normas regulatórias e evitando sanções ambientais em que a SCPAR pode figurar como corresponsável	2022
Elaboração de projeto de pesquisa e correção de eventuais contaminações de solo decorrentes do manejo irregular de resíduos químicos pelas administrações anteriores, mas que sujeitam a SCPAR à sanções ambientais pela natureza propter rem do ilícito.	2022
Contratação de seguro patrimonial e de responsabilidade civil para o Porto de Laguna	2023
Desbaste, limpeza e manutenção da retroárea do Porto de Laguna, com a finalidade de evitar incêndios, proliferação de animais peçonhentos e acúmulo de resíduos.	2021

6.3 Aperfeiçoar a governança corporativa do Grupo

Ação	Previsão (Ano)
Estruturar plano de ação para cumprimento das boas práticas de governança do IBGC vinculadas ao indicador de desempenho	2021
Elaborar descritivo de cargos em comissão e diretorias, contendo as competências necessárias para cada cargo.	2021
Estruturar secretaria de governança corporativa	2021
Implantar a transversalidade, aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre estatal controladora (SCPAR) e estatais controladas (Portos Delegados), com vistas à maior efetividade na gestão das instalações portuárias.	2021-2022
Elaborar regimento interno e definir organograma ideal para a estrutura da empresa.	2021
Elaborar descritivos de função dos cargos de coordenação, plano gerencial.	2022
Avaliar plano de cargos e salários da holding e portos.	2022-2023
Elaborar programa de capacitação e qualificação contemplando as necessidades da empresa (implementação do compliance, governança, código de conduta e integridade, entre outros)	2021-2025
Elaborar a proposta de viabilidade econômica financeira a ser apresentado para o Tribunal de Contas do Estado.	2021
Adequar o quadro funcional às necessidades da empresa tendo em vista o novo direcionamento estratégico e os requisitos da Lei 13.330/2016.	2021-2022
Adequar a fiscalização e o acompanhamento dos investimentos (participações acionárias, fundos e outros) a Lei 13.303/2016, conforme descrito no artigo 1º, inciso 7 .	2021-2022
Estruturar metodologia e procedimento de arquivamento de documentos, físico e digital de acordo com os requisitos de temporalidade.	2022
Realizar as adequações necessárias para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e designar responsável pela implementação.	2021
Obter sistema gerencial informatizado que atenda a demanda da empresa, facilitando a gestão de conhecimento CI's, solicitações, atas de reuniões, entre outros. (intranet)	2022